

3

Luís Miguel Oliveira Machado

Wilson Roberto Veronez Júnior

Daniel Martínez-Ávila

**A indeterminação
ontológica dos conceitos:
interpretações linguísticas
e psicológicas**

*The ontologic
indetermination of concepts
linguistic and psychological
interpretations*

DOI: 10.31560/pimentacultural/2022.95613.3



Resumo:

No âmbito da Organização do Conhecimento (OC), o foco ontológico encontra-se pouco presente em estudos relativos à natureza do conceito. O estudo apresenta uma análise com esse propósito, questionando possíveis modos de existência dos conceitos (como representações mentais, habilidades cognitivas ou objetos abstratos), enquadrados em quatro diferentes leituras: a linguística, a psicológica, a epistemológica e a ontológica, com enfoque nas duas primeiras. A adequação à utilização do conceito como unidade elementar dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) é analisada de acordo com as diferentes perspectivas sobre este. De entidade mental, passando para outra existente em um reino não mental, embora também não físico, seguindo para uma outra com existência linguística objetiva.

Palavras-Chave: Conceito; ontologia; organização do conhecimento; sistemas de organização do conhecimento.

Abstract:

In the context of Knowledge Organization (KO) the ontological focus is sometimes overlooked in studies related to the nature of the concept. This study presents an analysis with this purpose, questioning possible modes of existence of concepts (such as mental representations, cognitive abilities or abstract objects), framed in four different readings: a linguistic one, the psychological one, the epistemological one, and the ontological one; and focuses on the two first ones. The suitability of using the concept as an elementary unit of Knowledge Organization Systems (KOS) is analyzed according to the different perspectives. From a mental entity, passing to another one that exists in a non-mental realm, although also non-physical, moving on to another one with an objective linguistic existence.

Keywords: Concept; ontology; knowledge organization; knowledge organization systems.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos relativos ao *conceito*, enquanto objeto de estudo em si mesmo, são de grande relevância para a Organização do Conhecimento (OC), entendida como área ou domínio disciplinar. Essa importância é enfatizada por Van den Heuvel e Smiraglia (2010) que apontam como central para a “ciência da ordem do conhecimento” o estudo desse “fenômeno inexplicável”:

Como é que a ordem do que é conhecido pode depender de um fenômeno inexplicável? E, ainda assim, é nesse contexto que o domínio da organização do conhecimento se encontra. Enquanto não efetuarmos uma exploração aprofundada e empírica relativa aos parâmetros do fenômeno central do “conceito” não compreenderemos completamente a ciência da ordem do conhecimento.” (VAN DEN HEUVEL; SMIRAGLIA, 2010, p. 54, tradução livre dos autores⁷).

No âmbito da OC, o foco ontológico encontra-se pouco presente em estudos relativos ao *conceito*, em que predomina uma abordagem essencialmente epistemológica, (e.g., HJØRLAND, 2009; MACHADO; MARTÍNEZ; SIMÕES, 2019; MACULAN; LIMA, 2017; MARRADI, 2012; SMIRAGLIA; VAN DEN HEUVEL, 2013). As duas abordagens ao estudo dos conceitos, a ontológica e a epistemológica, não deverão ser confundidas com as possíveis leituras para o termo *conceito*.

No que diz respeito às diferentes leituras, quatro grandes interpretações poderão ser descritas: a linguística, a psicológica, a epistemológica e a ontológica. Uma possível análise ontológica seria questionar o modo de existência dos conceitos associados a essas

7 Texto original: “how can it be that the order of that which is known is dependent upon the behavior of an unexplained phenomenon? And yet that is where the domain of knowledge organization finds itself. Until we thoroughly and empirically explore the parameters of the central phenomenon of “concept” we will not fully understand the science of the order of knowledge.”

leituras, na linha da descrição efetuada por Smith (2008, p. 84, ênfase no original, tradução livre dos autores⁸):

Na visão linguística, os conceitos são *termos gerais* cujos significados foram de alguma forma regulados (ou, em algumas variantes, os conceitos são esses próprios significados). Na visão psicológica, os conceitos são *entidades mentais* análogas a ideias ou crenças. Na visão epistemológica, os conceitos são *unidades de conhecimento*, tais como o conceito de gato ou de quadrado de uma criança. E na visão ontológica, os conceitos são *abstrações de tipos ou de propriedades* (ou seja, de padrões invariantes gerais) pertencentes a entidades do mundo.

Esses possíveis modos de existência dos conceitos não se encontram em uma relação unívoca de subsunção com os três possíveis estatutos ontológicos apontados por Margolis e Laurence (2019, sec. 1). Desses três estatutos – representações mentais, habilidades cognitivas ou objetos abstratos –, apenas se encontra uma correspondência direta entre as entidades associadas à leitura psicológica e às representações mentais, para as restantes variações, a relação apresenta-se mais complexa.

Pela descrição da citação de Smith, é possível conformar as “abstrações de gêneros e propriedades” tanto ao estatuto de objetos abstratos quanto ao de habilidades cognitivas, situação indicada na posição de Lowe (2006, p. 85). Para esse autor, os conceitos seriam “formas de pensar ou apreender entidades”, isto é, seriam propriedades mentais que, de uma forma geral, os sujeitos cognoscentes possuem e, de forma individual, os conceitos seriam modos particulares de um indivíduo apreender o que o rodeia: “um conceito, assim, é um modo pelo qual alguém pode estar pensando em uma entidade. Entendidos como universais, os conceitos são atributos mentais e

8 Texto original: “on the linguistic view, concepts are *general terms* whose meanings have been somehow regimented (or, as on some variants of the view, they are these meanings themselves). On the psychological view, concepts are *mental entities* analogous to ideas or beliefs. On the epistemological view, concepts are *units of knowledge*, such as your child’s concept of a cat or of a square. And on the ontological view, concepts are *abstractions of kinds or of properties* (i.e., of general invariant patterns) belonging to entities in the world.”

entendidos como particulares são modelos mentais. Os objetos que os possuem são sujeitos pensantes, isto é, *peçoas*” (LOWE, 2006, p. 85, ênfase no original, tradução livre dos autores⁹).

Similarmente, nas “unidades do conhecimento”, pode-se associar os dois estatutos como aparenta ser o caso da visão dos conceitos como “unidades funcionais” dos SOC, de Peponakis e outros, em que a perspectiva psicológica é também integrada:

Reconhecendo que a noção de conceito é multifacetada, estudamos os conceitos no contexto mais amplo da cognição e no contexto dos SOC com base no princípio de que ‘os conceitos devem ser considerados os blocos de construção de todas os tipos de SOC’ [7, p. 38]. Todos os tipos de SOC, verbais ou não, baseiam-se na capacidade da mente humana de criar e gerenciar categorias; os SOC do domínio BCI não são exceção. Claramente, nem todas as categorizações constituem uma classificação [15]; contudo, a categorização é uma pré-condição.” (PEPONAKIS *et al.*, 2019, p. 435–436, ênfase no original, tradução livre dos autores¹⁰).

Quanto aos “termos gerais,” estes podem ser encarados como um conjunto estruturado de sinais usados para “materializar” uma entidade não substancial como serão os *significados*: “porque não podemos perceber com os nossos sentidos o próprio significado, sendo este uma entidade abstrata, podemos nos relacionar apenas com os conjuntos de signos que o representam (isto é, com proposições escritas, faladas ou fisicamente expressas),” (ZINS, 2007, p. 487, tradução livre dos autores¹¹). Mesmo no contexto dos vocabulários controlados,

9 Texto original: “a concept, then, is a way someone can be thinking of an entity. Understood as universals, concepts are mental attributes and understood as particulars they are mental models. The objects that possess them are thinking subjects, that is, *persons*.”

10 Texto original: “acknowledging that the notion of concept is multi-layered, we study concepts in the wider context of cognition and in the context of KOSs based on the principle that “concepts should be considered the building blocks of all forms of KOS” [7, p. 38]. All types of KOSs, verbal or not, are based on the ability of the human mind to create and manage categories; KOSs of the LIS domain are no exception. Clearly, not every categorization constitutes a classification [15]; however, categorization is a precondition.”

11 Texto original: “because we cannot perceive with our senses the meaning itself, which is an abstract entity, we can relate only to the sets of signs (i.e., written, spoken, or physically expressed propositions), which represent it.”

no qual é possível uma relação de um-para-um entre termos e significados, os termos são encarados como “etiquetas” ou “representações” dos respectivos significados (HARPRING, 2010, p. 16; PEPO-NAKIS *et al.*, 2019, p. 435). Ontologicamente, os *significados* desses termos gerais poderão ser encarados pelas três perspectivas. Embora talvez a mais óbvia seja a referida por Zins, como entidades abstratas, seguindo a tradição dos *sentidos* de Gottlob Frege (1848-1925) ou uma versão “algorítmica” mais atual:

Deve-se notar, no entanto, que algoritmos são, em algum sentido, ‘coisas’, ‘entidades’ ou ‘objetos’ e que as palavras por eles usadas são nomes para as coisas que estes ‘chamam’ ou ativam; assim, aqueles que postularam entidades platônicas para os significados podem não estar inteiramente errados, embora, como é óbvio, não tenham previsto entidades complexas ou abstratas como os algoritmos. ... Esta abordagem ‘procedural’ ou ‘algorítmica’ do significado tem algo de comportamental ou experimental” (GOGUEN, 1974, p. 546, tradução livre dos autores¹²).

A abordagem processual de Goguen leva também a um entendimento dos significados como habilidades. Perspectiva igualmente presente na abordagem ao *significado* de Thornley e Gibb, a qual foi influenciada pela posição tardia de Ludwig Wittgenstein (1889-1951)¹³, enfatizando a relevância do “contexto sobre o conteúdo para o estudo do significado” (THORNLEY & GIBB, 2009, p. 134). Nessa abordagem, os autores aliam o uso contextual do *significado*

12 Texto original: “it should be noted, however, that algorithms are “things”, “entities”, or “objects”, in some sense, and that words are then names for the things they “call” or activate; thus those who postulated Platonic entities for meanings may not have been entirely wrong, although they did not of course envisage any such complex or abstract entities. ... This “procedural” or “algorithmic” approach to meaning has something of a behavioral or experimental tinge to it.

13 A distinção entre as duas posições de Wittgenstein, a primeira expressa no “Tractatus Logico-Philosophicus” (1922) e a segunda na obra “Investigações Filosóficas” (1953), é comumente efetuada com as designações, respetivamente, “Wittgenstein inicial” (*early Wittgenstein*) e “Wittgenstein tardio” (*later Wittgenstein*). Na abordagem inicial, o filósofo segue a linha da *linguagem ideal* procurando uma “aplicação da lógica moderna à metafísica,” na segunda, Wittgenstein “critica toda a filosofia tradicional”, incluindo a sua própria fase inicial, enveredando pela *filosofia da linguagem comum*, desenvolvendo as teorias dos “jogos de linguagem” e da “semelhança de família” (BILETZKI & MATAR, 2020).

à experiência subjetiva do entendimento desse mesmo *significado*, implicando alguma forma de representação mental:

Neste documento, o significado é entendido como uma relação complexa e frequentemente conflituaosa entre o subjetivo e o objetivo (Thornley, 2005; Thornley e Gibb, 2007). A relação entre conteúdo e contexto existe no âmbito da relação geral subjetivo/objetivo. O conteúdo é normalmente do que se trata o significado no sentido daquilo a que se refere. Esse conteúdo pode ser entendido tanto como um objeto externo quanto como a experiência subjetiva de compreender o significado da palavra que descreve o objeto. Assim, argumenta-se que, em alguns casos, o significado é melhor compreendido procurando a sua referência ou conteúdo, mas esse processo só pode ser entendido dentro do contexto mais amplo de seu uso e propósito (THORNLEY; GIBB, 2009, p. 134–135, tradução livre dos autores¹⁴).

A dificuldade em individualizar um estatuto ontológico para cada uma das quatro leituras, à exceção da perspectiva psicológica, aliada à presença desta, explícita ou implícita, em várias abordagens de diferentes autores, será indicativa da sua centralidade nesta questão. Razão pela qual se considera relevante aprofundar um pouco mais esta.

2 REPRESENTAÇÕES MENTAIS

Defensores da leitura psicológica, Laurence e Margolis descrevem os conceitos como “representações mentais particulares subproposicionais”:

14 Texto original: “in this paper meaning is understood as a complex and often conflicting relationship between the subjective and the objective (Thornley, 2005; Thornley and Gibb, 2007). The relationship between content and context exists within the general subjective/objective relationship. Content is normally what meaning is about in the sense of that to which it refers. This content can be understood as both an external object and also the subjective experience of understanding the meaning of the word that describes the object. Thus it is argued that in some cases meaning is best understood by looking for its reference or content but that this process can only be understood within the broader context of its use and purpose.”

As representações no nível de pensamentos completos – isto é, aqueles que podem expressar proposições inteiras – são grandes demais para serem conceitos. Consequentemente, tomaremos os conceitos como representações mentais subproposicionais. ... De acordo com praticamente todas as discussões de conceitos em psicologia, assumiremos que os conceitos são pormenores mentais.” (LAURENCE; MARGOLIS, 1999, p. 4-5, ênfase no original, tradução livre dos autores¹⁵).

Para esses autores, os outros dois estatutos ontológicos, os conceitos como habilidades ou como objetos abstratos, são compatíveis com a sua própria perspectiva. Enquanto habilidades, os autores rejeitam liminarmente que estas possam ser comportamentais atendendo às limitações que estes implicam: “o behaviorismo nos limita a disposições causais, mas mesmo as tarefas cognitivas simples tendem a exigir processos psicológicos extensos – cadeias complexas em que um estado mental causa um outro” (MARGOLIS; LAURENCE, 2007, p. 591 [nota 21], tradução livre dos autores¹⁶). Enquanto habilidades psicológicas, não só estas seriam compatíveis com a visão dos autores como estariam dependentes de processos e representações mentais subjacentes (LAURENCE; MARGOLIS, 1999, p. 5 [nota 3]).

Em relação à perspectiva dos conceitos como objetos abstratos, é necessário, primeiramente, clarificar a diferença entre esta e a defendida por Margolis e Laurence. Na “visão psicológica”, defendida pelos autores (MARGOLIS; LAURENCE, 2007, p. 563, 565, tradução livre dos autores¹⁷): “conceitos são representações mentais; eles são os

15 Texto original: “representations at the level of complete thoughts—that is, ones that may express whole propositions—are too big to be concepts. Accordingly, we will take concepts to be subpropositional mental representations. ... In accordance with virtually all discussions of concepts in psychology, we will assume that concepts are mental particulars.”

16 Texto original: “behaviorism limits us to causal dispositions, yet even simple cognitive tasks tend to require extensive psychological processes—complex chains where one mental state causes another.”

17 Texto original: “concepts are mental representations; they are the constituents of propositional attitudes such as beliefs and desires. ... Concepts are abstract objects; they are the constituents of Fregean propositions.”

constituintes de atitudes proposicionais tais como crenças e desejos”; enquanto na “visão semântica”, baseada nos *sentidos fregeanos*, “conceitos são objetos abstratos; eles são os constituintes de proposições Fregeanas”. O ponto que os autores entendem ser distintivo entre ambas se encontra na admissão ou não da existência de conceitos particulares (*token concepts*), além da sua “forma partilhada” (*type concepts*):

Seguimos Sutton ao tomar como ponto central o facto de, em tais pontos de vista [onde os conceitos são objetos abstratos], os conceitos individuais não admitirem uma distinção de tipo-token. Em contraste, a Visão Psicológica abraça totalmente a ideia de que os conceitos têm tokens (tokens de conceitos exemplares são tokens de representações mentais).” (MARGOLIS; LAURENCE, 2007, p. 587 [nota 7], tradução livre dos autores¹⁸).

Admitindo a distinção, Laurence e Margolis (1999) argumentam ser possível sustentar a visão dos conceitos serem representações mentais particulares e, simultaneamente, ser possível partilhar o “mesmo conceito”:

Quando alguém diz que duas pessoas têm o mesmo conceito, não há necessidade de supor que ela esteja dizendo que ambas possuem o mesmo token de conceito. Faria tanto sentido dizer que duas pessoas não podem preferir a mesma sentença porque ambas não podem produzir o mesmo token de sentença. Claramente, o que importa para poder pronunciar a mesma frase, ou manter o mesmo conceito, é poder ter tokens do mesmo tipo” (MARGOLIS; LAURENCE, 1999, p. 7, tradução livre dos autores¹⁹).

18 Texto original: “we follow Sutton in taking the central point to be that on such views [where concepts are abstract objects] individual concepts don’t admit of a type-token distinction. In contrast, the Psychological View fully embraces the idea that concepts have tokens (token concepts are token mental representations).” O termo “token” apresenta dificuldades na tradução para a língua portuguesa, embora de forma aproximada se possa usar termos como “particular” ou “exemplar,” entendeu-se ser preferível manter o termo original.

19 Texto original: “when someone says that two people have the same concept, there is no need to suppose that she is saying that they both possess the same token concept. It would make as much sense to say that two people cannot utter the same sentence because they cannot both produce the same token sentence. Clearly what matters for being able to utter the same sentence, or entertain the same concept, is being able to have tokens of the same type.”

Uma vantagem, de acordo com os autores citados, dessa perspectiva está nela continuar consistente, com ou sem os *sentidos fregeanos*. A razão para tal está na afirmação que as representações mentais *têm* significados e não que estas são significados. Deixando em aberto a questão desses significados serem entidades, Margolis e Laurence tornam a sua “visão psicológica” compatível com as duas alternativas: com a reivindicação destes serem entidades, nomeadamente *sentidos fregeanos*; como com a posição que argumenta não existirem tais entidades (MARGOLIS; LAURENCE, 2007, p. 590 [nota 14]). Os *sentidos*, independentemente do seu estatuto ontológico, são usados pelos autores para auxiliar a explicar a tipificação das representações mentais e proporcionar parte das condições necessárias à individualização de conceitos:

Neste modelo, as crenças e outras atitudes proposicionais envolveriam tokens de representações mentais que têm outras representações—conceitos—como seus constituintes. Os sentidos seriam os valores semânticos destas representações. Ou seja, além de ter objetos e propriedades mundanas como seus referentes, as representações mentais (como as palavras, no relato original de Frege) também *teriam* sentidos. Desta forma, os sentidos ajudam a tipificar a representação mental; eles fornecem parte das condições para individualizar conceitos” (MARGOLIS; LAURENCE, 1999, p. 8, ênfase adicionada, tradução livre dos autores²⁰).

A compatibilidade referida, entre a visão psicológica e os objetos abstratos da visão semântica, resulta na “visão mista dos conceitos” que procura incorporar os pontos fortes das duas tradições:

A Visão Mista visa combinar as forças explicativas das duas tradições dominantes no estudo dos conceitos. Seguindo a Visão Psicológica, ela abraça de forma plena as representações

20 Texto original: “On this model, beliefs and other propositional attitudes would involve token mental representations that have other representations—concepts—as their constituents. Senses would come in as the semantic values of these representations. That is, in addition to having worldly objects and properties as their referents, mental representations (like words, on Frege’s original account) would have senses too. In this way, senses help to type mental representation; they provide part of the conditions for individuating concepts.”

mentais. As representações mentais explicam a produtividade do pensamento e o facto de que os processos mentais podem ser, de uma só vez, físicos e lógicos. Ao mesmo tempo, seguindo a Visão Semântica, o apelo aos sentidos fornece uma explicação para o facto de duas expressões (incluindo duas expressões mentais) poderem ter a mesma referência, mas terem um significado cognitivo diferente. A sugestão é das representações mentais poderem apresentar um referente de diferentes formas em virtude da expressão de sentidos diferentes. Os sentidos continuam a ser entidades intermediárias, situando-se entre expressões e referências, só que agora as expressões em questão ocorrem num sistema interno de representação” (MARGOLIS; LAURENCE, 2007, p. 569, tradução livre dos autores²¹).

Se bem que Margolis e Laurence considerem a “visão mista” coerente, não a defendem. Para os autores, a visão psicológica, além de explicar a produtividade do pensamento humano e os aspectos físicos e lógicos dos processos mentais, não necessita recorrer a entidades abstratas, como os *sentidos fregeanos*, para explicar como diferentes expressões com o mesmo referente podem ter distintos significados cognitivos ou “modos de apresentação,” como diria Frege (1892/1948, p. 210). Esses *modos* são identificados com “propriedades mentais” e não com objetos abstratos de um “terceiro reino”, como os *sentidos fregeanos*:

A Visão Psicológica tem várias opções promissoras para lidar com este problema [do modo de apresentação]. O que estes partilham é a ideia de que os modos de apresentação devem ser identificados com propriedades de representações mentais. Ao psicologizar os modos de apresentação, já não há um enigma sobre como são apreendidos ou porque não podem ser

21 Texto original: “the Mixed View aims to combine the explanatory strengths of the two dominant traditions in the study of concepts. Following the Psychological View, it wholeheartedly embraces mental representations. Mental representations explain the productivity of thought and the fact that mental processes can be, at once, physical and rational. At the same time, following the Semantic View, the appeal to senses provides an explanation for the fact that two expressions (including two mental expressions) can have the same referent yet differ in cognitive significance. The suggestion is that mental representations can present a referent in different ways in virtue of expressing different senses. Senses continue to be intermediary entities, standing between expressions and referents, only now the expressions in question occur in an internal system of representation.”

apreendidos de diferentes maneiras. Isto é pela simples razão de já não existir uma lacuna entre as mentes e os modos de representação. Os modos de apresentação estão diretamente incorporados nas nossas mentes e no seu funcionamento” (MARGOLIS; LAURENCE, 2007, p. 581, tradução livre dos autores²²).

A potencial solução para a apreensão de diferentes *modos de apresentação* ou *sentidos* para o mesmo referente, apresentada por esta visão psicológica dos conceitos, acresce às vantagens processuais enumeradas. Apesar desse potencial explicativo, se o posicionamento relativo aos conceitos não for operacional, a colocação destes na mente não será adequada ao seu uso como unidades elementares dos SOC. Quanto aos abstratos “conceitos-tipo partilháveis”, dentro da visão psicológica, estes não deixam de ser considerados mentais, como é possível verificar na exposição de Davis (2003 p. 312, 314, 317, ênfase no original, tradução livre dos autores²³):

Os pensamentos neste sentido [no sentido objetivo] são *eventos*, especificamente, *eventos mentais*. Os pensamentos são o tipo de eventos que ocorrem às pessoas ou outros seres inteligentes, e qualquer ser em que um pensamento ocorre ipso facto tem uma mente. Para que um pensamento ocorra é necessário a ocorrência de um ato de pensar. Os pensamentos neste sentido são, no entanto, *eventos-tipo* e não *eventos-token*. Os pensamentos são de fato abstratos, mas apenas porque são *eventos-tipo*. Além disso, o pensamento de que o céu é azul é um tipo de evento mental. ... Usaremos os termos *ideia* e *conceito* para significar *pensamentos* ou *partes cognitivas de pensamentos*”.

22 Texto original: “the Psychological View has several promising options for dealing with this [mode of presentation] problem. What these share is the idea that modes of presentation are to be identified with properties of mental representations. By psychologizing modes of presentation, there is no longer a puzzle about how they are grasped or why they can't be grasped in different ways. This is for the simple reason that there is no longer a gap between minds and modes of representations. Modes of presentation are directly built into our minds and how they function.”

23 Texto original: “thoughts in this sense [in the objective sense] are *events*, specifically, *mental events*. Thoughts are the sorts of events that occur to people or other intelligent beings, and any being to which a thought occurs ipso facto has a mind. For a thought to occur is for some thinking to take place. Thoughts in this sense are *event-types*, however, rather than *event-tokens*. ... Thoughts are indeed abstract, but only because they are *event-types*. Moreover, the thought that the sky is blue is a type of mental event. ... We will use the terms *idea* and *concept* to mean *thoughts* or *cognitive parts of thoughts*.”

O caráter subjetivo, inerente à representação mental dos conceitos, não se adequa à objetividade pretendida para as unidades dos SOC. Em contrapartida, na tese de Frege, essa característica objetiva é reclamada:

O próprio Frege descarta as representações mentais, alegando que são muito subjetivas. Ele argumenta que a comunicação requer significados compartilhados, mas que as pessoas não podem literalmente ter as mesmas representações mentais, uma vez que as representações mentais são componentes de nossas experiências subjetivas individuais. Os sentidos, por outro lado, são objetivos e eminentemente compartilháveis” (MARGOLIS; LAURENCE, 2007, p. 566, tradução livre dos autores²⁴).

Na próxima seção, essa potencial ligação será explorada, procurando-se clarificar a noção dos abstratos *sentidos fregeanos*.

3 ABSTRAÇÕES NÃO MENTAIS

A importância da tese de Frege para a OC, especificamente no que concerne aos conceitos como unidade do conhecimento, é explicitada por Dahlberg (1992 p. 65–66, ênfase no original, tradução livre dos autores²⁵):

24 Texto original: “Frege himself dismisses mental representations, claiming they are too subjective. He argues that communication requires shared meanings but that people can’t literally have the same mental representations since mental representations are components of our individual subjective experiences. Senses, on the other hand, are objective and eminently shareable.”

25 Texto original: “now, what indeed is a concept? The German philosophers Immanuel Kant (3) and Gottlieb Frege (4) inferred already the generation of concepts by predication. Our assumption that a concept is created by predicating about an object of concern, a so called *referent* is rooted in the writings of these philosophers. ... What we need to mention here, however, is the understanding of a concept as a *knowledge unit*. In the preceding section we stated that a concept is generated by predications. One cannot predicate a true fact without expressing one’s knowledge of something. Thus every predication yields a *knowledge element* and the necessary sum total of predications can be synthesized into the corresponding *knowledge unit*.”

Agora, o que é de facto um conceito? Os filósofos alemães Immanuel Kant (3) e Gottlieb Frege (4) inferiram já a geração de conceitos por predicção. A nossa suposição de que um conceito é criado pela predicção de um objeto de interesse, o chamado *referente*, está enraizado nos escritos destes filósofos. ... O que precisamos de mencionar aqui, contudo, é a compreensão de um conceito como uma *unidade de conhecimento*. Na secção anterior, afirmámos que um conceito é gerado por predicções. Não se pode predicar um facto verdadeiro sem se expressar o conhecimento de algo. Assim, cada predicção produz um *elemento de conhecimento* e a soma total das predicções necessárias pode ser sintetizada na *unidade de conhecimento* correspondente.

Outro autor da área da OC, Frické, não limita a relação da tese de Frege à fundamentação para o seu entendimento do que seria um conceito. O autor faz corresponder a sua posição relativamente aos conceitos com os objetos abstratos existentes em um “terceiro reino fregeano”:

Então, o que é um conceito? Neste contexto, a palavra ‘conceito’ é usada de forma bastante semelhante à do discurso comum, equivalendo aproximadamente à de ‘noção geral’ ou de ‘ideia geral’ ou mesmo de ‘significado’. Muitos descrevem conceitos como sendo mentais ou construções mentais; contudo, consideramo-los como abstrações ou objetos abstratos (no padrão Fregeano do terceiro reino) (FRICKÉ, 2012, p. 33, tradução livre dos autores²⁶).

Frické relaciona esse “terceiro reino” de Frege ao “mundo 3” do “conhecimento objetivo” de Karl Popper (1902-1994):

Frege invocou um ‘terceiro reino’. E esse terceiro reino consistia em abstrações (que não eram ideias mentais ou psicológicas). A visão de Frege foi mais tarde retomada por outros; por exemplo, o filósofo do século XX Karl Popper distinguiu entre três mundos:

26 Texto original: “so, what is a concept? In this context, the word ‘concept’ gets used in pretty well the same way as in ordinary speech and life, and that amounts roughly to ‘general notion’ or ‘general idea’ or even ‘meaning’. Many describe concepts as being mental or mental constructions; however, we regard them as abstractions or abstract objects (in the standard Fregean third realm).”

o mundo físico, o mundo mental, e o mundo dos conteúdos abstratos” (FRICKÉ, 2012, p. 30, tradução livre dos autores²⁷).

A ligação é assumida pelo próprio Popper (1994, p. 106, tradução livre dos autores²⁸): “o meu terceiro mundo assemelha-se mais ao universo do conteúdo objetivo do pensamento de Frege”. Frege inclui no seu “universo de conteúdo objetivo” os *sentidos* e os *pensamentos*, distinguindo-os de um outro construído – as *concepções*, estas sim entendidas como mentais e pessoais:

A concepção é subjetiva: a concepção de um homem não é a de outro. ... Isso constitui uma distinção essencial entre a concepção e o sentido do signo, que pode ser propriedade comum de muitos e, portanto, não é uma parte ou um modo da mente individual. Pois dificilmente se pode negar que a humanidade possui um estoque comum de pensamentos que são transmitidos de uma geração para outra. ... Até agora consideramos o sentido e os referentes apenas de tais expressões, palavras ou sinais que chamamos de nomes próprios. Agora indagamos sobre o sentido e o referente de uma sentença declarativa inteira. Tal frase contém um pensamento.⁵ [nota 5: por pensamento entendo não o desempenho subjetivo do pensamento, mas seu conteúdo objetivo, que pode ser propriedade comum de vários pensadores” (FREGE, 1948, p. 212, 214 nota incluída, tradução livre dos autores²⁹).

27 Texto original: “Frege invoked a ‘third realm’. And that third realm consisted of abstractions (which were not mental or psychological ideas). Frege’s view was later taken up by others; for example, the twentieth century philosopher Karl Popper distinguished between three worlds: the physical world, the mental world, and the world of abstract contents.”

28 Texto original: “my third world resembles most closely the universe of Frege’s objective contents of thought.”

29 Texto original: “The conception is subjective: One man’s conception is not that of another. ... This constitutes an essential distinction between the conception and the sign’s sense, which may be the common property of many and therefore is not a part or a mode of the individual mind. For one can hardly deny that mankind has a common store of thoughts which is transmitted from one generation to another. ... So far we have considered the sense and referents only of such expressions, words, or signs as we have called proper names. We now inquire concerning the sense and referent of an entire declarative sentence. Such a sentence contains a thought.⁵ [note 5: by a thought I understand not the subjective performance of thinking but its objective content, which is capable of being the common property of several thinkers.”

Na terminologia de Frege, não será o *sentido* e sim a *conceção* que mais se aproxima do *conceito* da visão psicológica. Sendo a subjetividade mental restrita às *concepções*, a objetividade dos objetos físicos, por seu turno, não poderia ser idêntica à objetividade que o filósofo atribui aos *sentidos* e *pensamentos*. Na tese de Frege, esses *sentidos* e *pensamentos* assemelham-se, por um lado, às *concepções* pelo fato de não serem perceptíveis aos cinco sentidos e, por outro, aos objetos físicos pela sua natureza intersubjetiva e por não necessitarem de um portador (BONEVAC, 2017, pt. 13:25). Similarmente à distinção *type-token*, relativa aos conceitos da visão psicológica, apenas as manifestações de *sentidos* e *pensamentos* fregeanos necessitariam de um portador. Entretanto, esses *sentidos* e *pensamentos* distinguem-se tanto das *concepções* quanto dos objetos físicos no modo como as pessoas os podem possuir. Se o ato de obtenção, por parte de um ser humano, de um objeto físico pode ser entendido como sendo extrínseco e o de uma *concepção* intrínseco, a apreensão (*grasp*) de um *sentido* é suposto ser um meio-termo entre os dois, embora com maiores similaridades com a via intrínseca (BONEVAC, 2017, pt. 33:20).

A dificuldade está na clarificação deste ato de apreensão dos *sentidos*: “mas em que consiste exatamente a apreensão? Claramente, a apreensão é uma metáfora para uma relação cognitiva que precisa de ser explicada” (MARGOLIS; LAURENCE, 2007, p. 580, tradução livre dos autores³⁰). Frege não só não clarifica essa questão como parece não lhe atribuir grande importância: “Frege não aborda diretamente esta questão, nem parece estar preocupado com a pobreza fenomenológica da apreensão” (SCHWEIZER, 1991, p. 275, tradução livre dos autores³¹). Não fosse a atribuição, da parte de Frege, de uma natureza não mental aos *sentidos* e *pensamentos*, a solução dos “eventos-tipo mentais” de Davis poderia ser uma resposta:

30 Texto original: “but what exactly does grasping consist in? Clearly, grasping is a metaphor for a cognitive relation that needs to be explicated.”

31 Texto original: “Frege does not directly address this issue, nor does he seem to be concerned with the phenomenological poverty of grasping.”

Para que você tenha o pensamento de que o céu é azul é necessário que esse evento-tipo mental lhe ocorra. Daí que esse evento-tipo ocorra a um sujeito sempre e onde quer que este esteja a pensar que o céu é azul. É isso que é 'apreender' ou 'ter' um pensamento. Duas pessoas 'partilham' um pensamento se o mesmo ocorrer a ambas. Um pensamento não tem localização espaçotemporal em si, embora todos os seus tokens tenham, assim como um tipo de sentença não tem localização espaço-temporal, embora todos os seus tokens tenham. ... Acreditar, desejar, pretender, ou esperar que o céu seja azul envolve mais do que a ocorrência do pensamento de que o céu é azul, mas não podemos, portanto, inferir que pensar o pensamento consiste em mais do que a ocorrência do pensamento, ou que o pensamento não é mental. ... Nem a visão da relação objetiva implica que pensar envolve *ver* pensamentos em qualquer sentido, ou ter algo na mente "*direccionado*" ao pensamento (FREGE 1918: 26). Isso tornaria o pensamento misterioso" (DAVIS, 2003, p. 315, ênfase no original, tradução livre dos autores³²).

Contudo, para Frege, o *pensamento* é o significado ou conteúdo não mental de um estado psicológico e não o estado em si: "vale a pena notar que Frege usa o termo 'pensamento' para significar proposições, por isso para Frege os pensamentos não são estados psicológicos, mas sim significados de estados psicológicos" (Margolis & Laurence, 2019, sec. 1.3, tradução livre dos autores³³). A procura de uma resposta não psicológica torna a situação mais complexa. Não para o próprio Frege, dado o seu aparente conformismo com esta, mas

32 Texto original: "for you to think the thought that the sky is blue is for that mental event-type to occur to you. Hence that type occurs to a subject whenever and wherever the subject is thinking the thought that the sky is blue. That is what it is to "grasp" or "have" a thought. Two people "share" a thought if it occurs to both of them. A thought has no spatio-temporal location itself, although all of its tokens do, just as a sentence type has no spatio-temporal location, although all of its tokens do. ... Believing, desiring, intending, or hoping that the sky is blue all involve more than the occurrence of the thought that the sky is blue, but we cannot therefore infer that thinking the thought consists in more than the occurrence of the thought, or that the thought is not mental. ... Nor does the objective relation view entail that thinking involves *viewing* thoughts in any sense, or having something in the mind "*aimed at*" the thought (FREGE 1918: 26). That would make thinking mysterious."

33 Texto original: "it is worth noting that Frege uses the term 'thought' to stand for propositions, so for Frege thoughts are not psychological states at all but rather the meanings of psychological states."

para os seus seguidores. Schweizer, por exemplo, sugere uma solução, algo rebuscada, que envolve uma analogia com o fenômeno da “visão cega”³⁴. De forma similar ao que ocorre na “visão cega,” apreender um sentido (*grasping a sense*), segundo Schweizer, corresponderia a um fenômeno perceptivo, no qual as manifestações da relação entre uma “entidade semântica externa” e o genuíno “objeto da consciência” correspondente não incluem um vasto leque de ideias conscientes:

Para tanto, será desenvolvida e explorada uma forma de visão ligeiramente modificada, na qual o objeto físico da visão não produz nenhuma apresentação consciente. Esta forma ampliada de visão, aqui apelidada de ‘ver*’, se mostrará aplicável tanto aos autômatos quanto aos seres humanos, e como o ver* reflete de perto a fenomenologia real do entendimento humano, é assim possível restaurar a analogia básica entre visão e cognição. ... Assim, se apreender é interpretado simetricamente com o ver*, então o realismo semântico de Frege torna-se compatível com grande parte da fenomenologia real da aquisição e uso da linguagem” (SCHWEIZER, 1991, p. 275–276, 277, tradução livre dos autores³⁵).

A viabilidade desta, ou quaisquer outras possíveis respostas, não será aqui discutida. Embora esta seja relevante para os proponentes da equiparação dos conceitos aos *sentidos fregeanos*, para a presente investigação, interessa o estatuto ontológico destes e a sua ligação com o que Frege entende por *conceito*. Isto porque, para o filósofo, nem as *concepções* nem os *sentidos* são *conceitos*. Na sua teoria, Frege atribui maior proximidade ontológica entre *sentidos* e *conceitos* que entre estes

34 “A Visão cega é a capacidade de reconhecer objetos num ambiente mesmo sem ter a consciência de os conseguir ver. O efeito ocorre em cegueiras corticais, onde o cérebro consegue processar informações que os olhos recebem. O cego é capaz, se for treinado, de reconhecer cores e expressões faciais.” Disponível em: <https://icnagency.com/neuro-cards/a-visao-cega>. Acesso em: 30 de out. 2021.

35 Texto original: “to this end, a slightly modified form of vision will be developed and explored, in which the physical object of sight does not produce any conscious presentations. This extended form of vision, herein dubbed ‘seeing*’, will be shown to be applicable both to automata and to human beings, and since seeing* closely reflects the actual phenomenology [sic] of human understanding, it is thereby possible to restore the basic analogy between sight and cognition. ... Thus if grasping is interpreted symmetrically with seeing*, then Frege’s semantic realism becomes compatible with much of the actual phenomenology of language acquisition and use.”

e as *concepções*, atendendo à natureza mental, isto é, subjetiva, destas últimas ao contrário da objetividade conferida aos outros dois.

4 OBJETIVIDADE LINGUÍSTICA

Tal como os *sentidos*, os *conceitos*, para Frege, são ontologicamente objetivos. Mas, mais uma vez, a objetividade dos *conceitos* não é a mesma da dos *objetos físicos* e, dentro da teoria de Frege, nem da dos *sentidos*. A distinção implica uma subordinação da análise ontológica à linguística:

Uma característica distintiva desta visão é que as categorias ontológicas estão implícitas e são determinadas pelas categorias linguístico-lógicas. ... Como princípio metafísico e metodológico básico, é independente dos detalhes da lógica de Frege e da sua ontologia específica de objetos e funções. Por razões profundas que dizem respeito ao essencial da sua lógica, Frege considerava as categorias lógicas de nomes e predicados assimetricamente: embora ambas as categorias sejam essenciais, há um sentido em que os nomes formam a categoria básica e os predicados são concebidos em termos de nomes; além disso, os termos funcionais dividem-se em níveis, enquanto a categoria de nomes é homogênea - todos os nomes são tratados da mesma forma; não há distinção lógica entre, por exemplo, concreto e abstrato ou entre universal e particular. Os critérios para as categorias são puramente lógicos e, nessa perspectiva, estas distinções não importam” (BAR-ELLI, 2015, p. 292–293, tradução livre dos autores ³⁶).

36 Texto original: “a distinctive characteristic of this view is that the ontological categories are implied and determined by the linguistic-logical categories. ... As a basic metaphysical and methodological principle it is independent of the details of Frege’s logic and of his specific ontology of objects and functions. For deep reasons that pertain to the essentials of his logic Frege regarded the logical categories of names and predicates asymmetrically: though both categories are essential, there is a sense in which names form the basic category and predicates are conceived in terms of names; moreover, functional terms divide into levels, while the category of names is homogenous – all names are treated alike; there is no logical distinction between e.g. concrete and abstract, between universal and particular. The criteria for the categories are purely logical, and from this perspective these distinctions don’t matter.”

Frege segue uma abordagem lógico-linguística, descartando as distinções ontológicas tradicionais, tais como particular-universal e concreto-abstrato (BAR-ELLI, 2015, p. 288), ao estabelecer a sua teoria de referência (*bedeutung*) e sentido (*sinn*). Nesta, as duas categorias essenciais, “objetos” e “funções,” pertencem ao “reino” das referências, atribuindo aos *sentidos* um estatuto ontológico *sui generis* fora desse “reino” (BAR-ELLI, 2015, p. 288). A distinção entre os dois “reinos” é essencial para entender a diferença entre *sentido* e *conceito* em Frege.

Os *conceitos fregeanos* são entendidos como referências de predicados gramaticais: “o conceito (como eu entendo a palavra) é predicativo.¹ [nota 1: é, de facto, a referência de um predicado gramatical” (Frege, 1951, p. 169 nota incluída, tradução livre dos autores³⁷). Atendendo ao seu caráter predicativo, Frege considera-os funções: “vemos assim quão estreitamente aquilo a que se chama um conceito em lógica está ligado àquilo a que chamamos uma função. De fato, podemos dizer imediatamente: um conceito é uma função cujo valor é sempre um valor-verdade” (Frege, 1997, p. 139, tradução livre dos autores³⁸). Esta particularidade, de ter sempre um dos dois possíveis “valores-verdade” (*a verdade* ou *o falso*), permitiria determinar de forma lógica os “objetos” que “caem dentro” de um conceito, isto é, a sua extensão:

Frege (1892) fez uma distinção entre conceito e objeto, definindo um conceito como uma função que possui um valor de verdade. O valor de um objeto para um argumento pode ser um dos objetos abstratos ‘o Verdadeiro’ ou ‘o Falso’. Segundo Frege, o conceito de ser humano é entendido como uma função que tem ‘o Verdadeiro’ como valor para qualquer argumento que seja humano, e ‘o Falso’ como valor para todo o resto. Na terminologia de Frege, um objeto para o qual um conceito tem valor ‘o

37 Texto original: “the concept (as I understand the word) is predicative.¹ [note 1: is, in fact, the reference of a grammatical predicate.]”

38 Texto original: “we thus see how closely that which is called a concept in logic is connected with what we call a function. Indeed, we may say at once: a concept is a function whose value is always a truth-value.”

Verdadeiro' diz-se que 'cai sob' o respetivo conceito" (FRIEDMAN; SMIRAGLIA, 2013, p. 23, tradução livre dos autores³⁹).

É conveniente referir que os *conceitos*, para Frege, são apenas um caso particular de função, existindo outras como, por exemplo, as *propriedades* e as *relações*. Em comum, todas estas funções têm a "necessidade lógica" de um "objeto auto-subsistente" (da categoria "objetos") para ficarem completas, ou "saturadas," na terminologia fregeana (BAR-ELLI, 2015, p. 292). Tendo em mente que a ontologia em Frege é subordinada às exigências da lógica e de uma teoria do significado da linguagem, as categorias *objetos* e *funções* são "apenas" referentes e, como tal, insuficientes para os intentos do filósofo. É nesse contexto que uma terceira categoria, os *sentidos*, é adicionada, de forma a explicar os diferentes conteúdos cognitivos, ou "modos de apresentação," que os referentes podem apresentar em proposições:

Um resultado importante foi uma ontologia consistida por objetos e funções categoricamente distintos, mas ambos reais e objetivos. Vimos também que ele chegou à conclusão de que os sentidos - maneiras como as coisas nos são dadas como referências de termos em proposições - são, portanto, necessários tanto na lógica como numa teoria do significado. Assim, a realidade, segundo ele, deve consistir não apenas nas referências de termos de proposições verdadeiras, mas também em seus sentidos" (BAR-ELLI, 2015, p. 295, tradução livre dos autores⁴⁰).

Em termos linguísticos, na tese de Frege, os *nomes próprios* estão associados à categoria "objetos" e os *nomes comuns* às funções

39 Texto original: "Frege (1892) made a distinction between concept and object, by defining a concept as a function that has a truth-value. An object's value for an argument can be either of the abstract objects "the True" or "the False." According to Frege, the concept of being human is understood as a function that has "the True" as value for any argument that is human, and "the False" as the value for everything else. In Frege's terminology, an object for which a concept has value "the True" is said to "fall under" the concept."

40 Texto original: "an important outcome was that ontology consists of objects and functions, which are categorically distinct, but are both real and objective. We have also seen that he came to the conclusion that senses - ways things are given to us as the references of terms in propositions - are thus required in logic and in a theory of meaning. So reality, according to him, must consist not only of the references of terms of true propositions, but also of their senses."

específicas a que o filósofo chama de “conceitos”. Assim, na linguagem lógica de aplicação à ciência de Frege, além dos *sentidos* que os *nomes* deverão ter (para serem “legitimamente” *nomes*), deverão ter também referentes (*objetos* para os nomes próprios e *conceitos* para os comuns). A importância da relação referencial leva Frege a preferir usar a designação “nome conceitual” em vez de “nome comum”. O uso desses nomes comuns deverá ser entendido como estando a nomear um conceito e não uma pluralidade de objetos:

A palavra “nome comum” leva erroneamente a supor que o nome comum se relaciona com os objetos, no essencial, do mesmo modo que o faz o nome próprio, apenas com a diferença de que este só nomeia um único objeto enquanto que aquele se aplica em geral a diversos objetos. Isto, porém, é falso, e por essa razão prefiro dizer “termo conceitual” (*Begriffswort*) em lugar de “nome comum” (*Gemeinname*). Um nome próprio deve ter pelo menos um sentido (na acepção em que entendo essa palavra), senão ele será apenas uma mera sequência vazia de sons, e seria ilegítimo chamá-lo de nome. Mas para que tenha um uso em ciência deve-se exigir também que ele tenha uma referência, que designe ou nomeie um objeto. ... Também o termo conceitual deve ter um sentido e, para que tenha um uso científico, deve ter uma referência; esta, porém, não é nem um objeto, nem uma pluralidade de objetos, mas um conceito (FREGE, 2009, p. 168, ênfase no original).

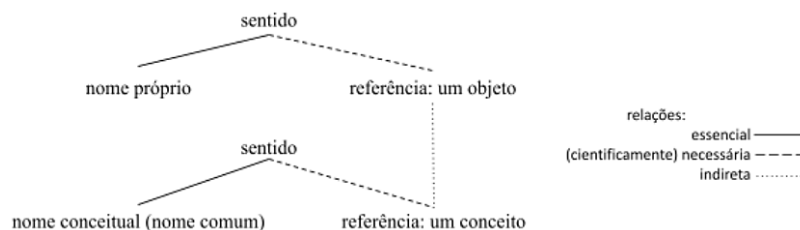
Fulcral na relação referencial, em ambos os casos (nomes próprios e “conceituais”), é o papel de mediação do *sentido* entre *nomes* e respectivos *referentes*. Mediação que, no contexto da linguagem lógica desenvolvida por Frege, deverá ser claramente determinada e objetiva:

O nome próprio se relaciona, mediante o sentido, e só mediante o sentido, com o objeto. ... Um termo conceitual pode, do ponto de vista lógico, ser absolutamente impecável sem que haja um objeto com o qual ele se relacione mediante seu sentido e sua referência (o próprio conceito). Esta relação [do termo conceitual] com um objeto é, como se vê, uma relação mais indireta e inessencial, de modo que parece pouco conveniente classificar os termos conceituais segundo caíam

sob o conceito correspondente, um, vários ou nenhum objeto. A lógica deve exigir, tanto do nome próprio como do termo conceitual, que a transição do nome para o sentido e a do sentido para a referência sejam determinadas sem deixar margem a dúvidas. Do contrário, não mais se poderia falar de uma referência (Frege, 2009, p. 168–169).

Atendendo ao descrito relativamente às relações entre *nomes*, *sentidos* e *referentes* na teoria de Frege, estas são de distintas naturezas. A relação entre *nomes* e *sentidos* poderá ser considerada essencial devido à necessidade intrínseca dos primeiros para a sua legitimação. Na relação entre os *sentidos* e os *referentes*, o filósofo apresenta-a como necessária para que os *nomes* tenham utilidade científica, sendo estes essenciais na sua abordagem lógico-linguística. A ligação entre *nomes* e *referentes* mediada pelos *sentidos* pode, assim, ser encarada como a união das duas relações parcelares (ver Figura 1). Por fim, a relação “indireta e inessencial”, entre um *nome conceitual* e um *objeto*, pode também ser entendida da mesma forma, como um percurso que passa, necessariamente, pelos *sentidos* e *conceitos* respetivos (ver Figura 1).

Figura 1 – Esquema interpretativo das relações entre ‘nomes’, ‘sentidos’ e ‘referentes’ na teoria de Frege



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Apesar da importância da relação de mediação dos *sentidos*, mais uma vez, a minguada informação que Frege fornece a respeito da sua exata atuação leva à procura de possíveis soluções exteriores à teoria do filósofo. Uma interpretação comum é efetuada usando a “teoria das descrições” de Russell:

Infelizmente, Frege não nos diz muito sobre como exatamente estes objetos abstratos escolhem ou apresentam as suas referências. Exatamente o que é que faz sentido uma “forma de determinar” ou “modo de apresentar” uma referência? Na esteira da teoria das descrições de Russell, um sentido Fregeano é frequentemente interpretado como um conjunto de informações descritivas ou critérios que escolhem a sua referência em virtude da simples referência satisfazendo ou encaixando essa informação descritiva” (KLEMENT, c2021, sec. 4, tradução livre dos autores⁴¹).

Será esta *função predicativa e descritiva* de um referente a influência fregeana que Dahlberg refere. A descrição da autora relativamente à formação de um conceito assim o indicia:

Cada afirmação verdadeira sobre um determinado item de referência fornece um elemento de conhecimento sobre ele juntamente com uma característica de seu conceito. A soma de afirmações necessárias sobre tal item de referência forma o conjunto das características de seu conceito apresentando distintamente o conteúdo do mesmo” (DAHLBERG, 2009, p. 171, tradução livre dos autores⁴²).

A natureza definível dos conceitos, explicitada por Dahlberg, também pode ser encontrada na perspectiva de Frege:

Central, portanto, na teoria de conceitos de Frege não é que os conceitos sejam funções cujos valores são sempre valores de verdade - por mais importante que esta tese seja - mas a sua afirmação universal de que todos os conceitos, para serem conceitos, devem ser fechados: compostos de conjuntos definitivos de características que determinam a classificação exata

41 Texto original: “unfortunately, Frege does not tell us very much about exactly how these abstract objects pick out or present their references. Exactly what is it that makes a sense a ‘way of determining’ or ‘mode of presenting’ a reference? In the wake of Russell’s theory of descriptions, a Fregean sense is often interpreted as a set of descriptive information or criteria that picks out its reference in virtue of the reference alone satisfying or fitting that descriptive information.”

42 Texto original: “each true statement about a certain item of reference delivers a knowledge element about this together with a characteristic of its concept. The sum of necessary statements about such an item of reference forms the whole of characteristics of its concept, it presents distinctly the contents of it.”

dos objetos e o uso correto da linguagem (WEITZ, 1988, p. 198, tradução livre dos autores⁴³).

Ambos, Dahlberg e Frege, atribuem um caráter “fechado” aos conceitos através de um conjunto completo e definitivo de características que os claramente definem. Apesar da proximidade na posição de Dahlberg, há um alargamento da restrita função predicativa, que Frege atribuía aos conceitos, ao incluir nestes o papel desempenhado pelos *sentidos fregeanos*. Enquanto Frege entendia que o *conceito* tinha uma existência categorial de “referente” separada da dos *sentidos*, na teoria de Dahlberg, os dois podem ser entendidos como componentes do *conceito* como uma única entidade.

A definição dessa entidade: “um *conceito* é uma unidade de conhecimento que integra as características de um referente por um termo ou um nome” (DAHLBERG, 1978, p. 144, ênfase no original, tradução livre dos autores⁴⁴) apresenta, de forma simples, os três componentes desta: o referente, suas características e respetiva forma verbal. A “simplicidade” da definição encerra uma entidade complexa, não só pela abrangência dos seus componentes como pelo caráter instrumental que Dahlberg lhe confere. Para a autora, o *conceito* como unidade do conhecimento de um SOC ganha uma objetividade “concreta” com o propósito de “materializar” o conhecimento a ser representado. Ideia explicitada em um dos fundamentos da teoria da classificação defendida por Dahlberg (1976 p. 89, tradução livre dos autores⁴⁵): “o reconhecimento do conceito como o elemento material dos sistemas de classificação”.

43 Texto original: “central, then, in Frege’s theory of concepts is not that concepts are functions whose values are always truth values - as important as this thesis is - but his universal claim that all concepts, to be concepts, must be closed: composed of definitive sets of characteristics that determine exact classification of objects and correct use of language.”

44 Texto original: “a *concept* is a knowledge unit comprising the characteristics of a referent by a term or a name.”

45 Texto original: “the recognition of the concept as the material element of classification systems”.

5 NOTA CONCLUSIVA

O estudo apresentou uma abordagem a possíveis modos de existência do *conceito* nas quais este foi, de certa forma, tornando-se mais “concreto”. De entidade mental, passando para outra existente em um reino não mental, embora também não físico, seguindo para uma outra com existência linguística objetiva e, por fim, para a sua “concretização material” como unidade elementar de um SOC. Essa complexa “unidade do conhecimento” exige um estudo dedicado que se pretende efetuar no futuro.

6 REFERÊNCIAS

BAR-ELLI, Gilead. On the Ontological Status of Senses (Sinne) in Frege. **Revista Portuguesa de Filosofia**, v. 71, n. 2/3, p. 287–305, 2015. DOI 10/gmvf62.

BILETZKI, Anat; MATAR, Anat. Ludwig Wittgenstein. (Edward N. Zalta, ed.) *In*: The Stanford Encyclopedia of Philosophy. Spring 2020 Stanford: Stanford University, 2020. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/wittgenstein/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

BONEVAC, Daniel. **Frege on Thought**. The Analytic Tradition, Spring 2017. [S. l.: s. n.], 2 mar. 2017. Disponível em: <https://youtu.be/3MWb0GXF5Z0>. Acesso em: 13 abr. 2021.

DAHLBERG, Ingetraut. Classification theory, yesterday and today. **International Classification**, v. 3, n. 2, p. 85–90, 1976.

DAHLBERG, Ingetraut. A referent-oriented, analytical concept theory for INTERCONCEPT. **International Classification**, v. 5, n. 3, p. 143–151, 1978. DOI 10.5771/0943-7444-1978-3-142.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization and terminology: philosophical and linguistic bases. **International Classification**, v. 19, n. 2, p. 65–71, 1992. DOI 10.5771/0943-7444-1992-2-65.

DAHLBERG, Ingetraut. Concepts and terms: ISKO's major challenge. **Knowledge Organization**, vol. 36, no. 2/3, p. 169–177, 2009. DOI 10.5771/0943-7444-2009-2-3-169.

DAVIS, Wayne A. **Meaning, expression, and thought**. Cambridge: Cambridge University, 2003. p. 293–550.

FREGE, Gottlob. Sense and Reference. **The Philosophical Review**, v. 57, n. 3, p. 209, May 1948.

FREGE, Gottlob. On Concept and Object. trans. by P. T. Geach; Max Black. **Mind**, vol. 60, no. 238, p. 168–180, 1951. DOI 10/fgh5zn.

FREGE, Gottlob. Function and Concept. *In*: MELLOR, D. H.; OLIVER, Alex (eds.). **Properties**. Oxford readings in philosophy. Oxford: Oxford University, 1997. p. 130–149.

FREGE, Gottlob. Digressões sobre o Sentido e a Referência. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. Trad. Paulo Alcoforado. 2a ed. São Paulo: Cultrix, 2009. p. 159–170.

FRICKÉ, Martin. **Logic and the Organization of Information**. New York: Springer, 2012.

FRIEDMAN, Alon; SMIRAGLIA, Richard P. Nodes and arcs: concept map, semiotics, and knowledge organization. **Journal of Documentation**, v. 69, n. 1, p. 27–48, 2013. DOI 10/f4psd3.

GOGUEN, Joseph A. Concept representation in natural and artificial languages: Axioms, extensions and applications for fuzzy sets. **International Journal of Man-Machine Studies**, v. 6, n. 5, p. 513–561, Sep. 1974. DOI 10/fr78sg.

HARPRING, Patricia. What Are Controlled Vocabularies? **Introduction to controlled vocabularies: Terminology for art, architecture, and other cultural works**. Los Angeles: Getty Research Institute, 2010. p. 12–26.

HJØRLAND, Birger. Concept theory. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 60, n. 8, p. 1519–1536, 2009. DOI 10.1002/asi.21082.

KLEMENT, Kevin C. Frege, Gottlob. (James Fieser & Bradley Dowden, eds.) *In*: Internet Encyclopedia of Philosophy. [S. l.: s. n.], c2021. Disponível em: <https://iep.utm.edu/frege/>. Acesso em: 26 mar. 2021.

LAURENCE, Stephen; MARGOLIS, Eric. Concepts and Cognitive Science. *In*: MARGOLIS, Eric; LAURENCE, Stephen (eds.). **Concepts: Core readings**. Cambridge: MIT Press, 1999. p. 3–81.

LOWE, E. Jonathan. **The four-category ontology: a metaphysical foundation for natural science**. Oxford: Clarendon Press, 2006.

MACHADO, Luís Miguel Oliveira; MARTÍNEZ ÁVILA, Daniel; SIMÕES, Maria da Graça. Concept theory in library and information science: an epistemological analysis. **Journal of Documentation**, v. 75, n. 4, p. 876–891, 2019. DOI 10.1108/JD-11-2018-0195.

MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos; LIMA, Gercina Ângela Borém de Oliveira. Buscando uma definição para o conceito de “conceito”. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 22, n. 2, p. 54–87, 2017. DOI 10/gmvf65.

MARGOLIS, Eric; LAURENCE, Stephen. The Ontology of Concepts: Abstract Objects or Mental Representations? **Noûs**, v. 41, n. 4, p. 561–593, 2007. DOI 10/c22c65.

MARGOLIS, Eric; LAURENCE, Stephen. Concepts. (Edward N. Zalta, ed.) *In*: The Stanford Encyclopedia of Philosophy. Summer 2019 Stanford: Stanford University, 2019. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/concepts/>. Acesso em: 18 nov. 2021.

MARRADI, Alberto. The Concept of Concept: Concepts and terms. **Knowledge Organization**, v. 39, n. 1, p. 29–55, 2012. DOI 10.5771/0943-7444-2012-1-29.

PEPONAKIS, Manolis; MASTORA, Anna; KAPIDAKIS, Sarantos; DOERR, Martin. Expressiveness and machine processability of Knowledge Organization Systems (KOS): an analysis of concepts and relations. **International Journal on Digital Libraries**, v. 20, n. 4, p. 433–452, 2019. DOI 10/gmvf63.

POPPER, Karl R. **Objective knowledge**: an evolutionary approach. 1979. 8th Rev. Oxford: Clarendon Press, 1994.

SCHWEIZER, Paul. Blind grasping and Fregean senses. **Philosophical Studies**, v. 62, n. 3, p. 263–287, 1991. DOI 10/fnfqg6.

SMIRAGLIA, Richard P.; VAN DEN HEUVEL, Charles. Classifications and concepts: towards an elementary theory of knowledge interaction. **Journal of Documentation**, v. 69, n. 3, p. 360–383, 2013. DOI 10.1108/JD-07-2012-0092.

SMITH, Barry. New Desiderata for Biomedical Terminologies. *In*: MUNN, Katherine; SMITH, Barry (eds.). **Applied Ontology**: an Introduction. Heusenstamm: Ontos Verlag, 2008. p. 83–107.

THORNLEY, Clare; GIBB, Forbes. Meaning in philosophy and meaning in information retrieval (IR). **Journal of Documentation**, v. 65, n. 1, p. 133–150, 2009. DOI 10/dvfcq6.

VAN DEN HEUVEL, Charles; SMIRAGLIA, Richard P. Concepts as particles: Metaphors for the universe of knowledge. *In*: GNOLI, Claudio; MAZZOCCHI,

Fluvio (eds.). **Paradigms and conceptual systems in knowledge organization**: 11th ISKO conference proceedings, 23-26 February 2010, Rome. Würzburg: Ergon, 2010. p. 50–56.

WEITZ, Morris. **Theories of Concepts**: a history of the major philosophical tradition. London: Routledge, 1988.

ZINS, Chaim. Conceptual Approaches for Defining Data, Information, and Knowledge. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 58, n. 4, p. 479–493, 2007. DOI <https://doi.org/10.1002/asi.20508>.